



2º SIMULADO

JUIZ DO TRF DA 1ª REGIÃO



Estratégia
Carreira Jurídica

2º Simulado Especial

2º Simulado Juiz TRF 1

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do TRF 1;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TRF1-24-10-20>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E | 81 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E | 82 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E | 83 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E | 84 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E | 85 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E | 86 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E | 87 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E | 88 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E | 89 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E | 90 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | 71 – A B C D E | 91 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | 72 – A B C D E | 92 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | 73 – A B C D E | 93 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | 74 – A B C D E | 94 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | 75 – A B C D E | 95 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | 76 – A B C D E | 96 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | 77 – A B C D E | 97 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | 78 – A B C D E | 98 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | 79 – A B C D E | 99 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | 80 – A B C D E | 100 – A B C D E |

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

01. O deputado federal João Pereira (PPX-DF), defensor da reforma tributária, em mensagem de WhatsApp trocada com um jornalista, referiu-se ao deputado Marquinho Piauí (PPY-PI), parlamentar contrário à reforma, como “deputado do mal”, corrupto, covarde e frouxo. Essas ofensas foram repetidas durante entrevista concedida a um programa de rádio. Inconformado, Marquinho Piauí apresentou queixa-crime contra João Pereira, por crime de calúnia e injúria, além de ter ingressado com pedido de indenização por dano moral. A respeito do caso narrado, considerando o disposto na Constituição Federal e conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa correta.

- a) João Pereira não está acobertado por imunidade material, uma vez que as ofensas foram proferidas fora do recinto da Câmara dos Deputados e por meio virtual.
- b) Pelo dano moral causado a Marquinho Piauí, o deputado federal somente poderá ser responsabilizado civilmente.
- c) Conquanto João Pereira não possa ser responsabilizado civilmente, poderá ser processado e julgado, durante o mandato, por crime contra a honra.
- d) João Pereira é inviolável civil e penalmente pelas palavras ditas, ainda que por meio virtual, uma vez que suas declarações estão relacionadas ao mandato de deputado.
- e) João Pereira somente poderá ser responsabilizado penalmente após o término de seu mandato parlamentar.

02. Com relação à disciplina constitucional das comissões parlamentares de inquérito (CPI), julgue os itens abaixo e em seguida aponte a alternativa correta.

I. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo da Constituição estadual que condiciona a criação de CPI à aprovação do requerimento pelo Plenário da Assembleia Legislativa.

II. Cada CPI deve investigar um único fato, uma vez que, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, se o fato objeto da investigação for genérico, haverá inconstitucionalidade.

III. Magistrados não podem ser convocados a prestarem depoimento perante Comissão Parlamentar de Inquérito.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) As assertivas II e III estão incorretas.
- d) Estão incorretas apenas as assertivas I e II.
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

03. João da Silva, Presidente da República, declarou durante uma reunião ministerial que negros não podem ocupar cargos de alto escalão no Governo, motivo pelo qual exonerou José, Ministro do Planejamento, perante todos os que estavam presentes e determinou que os Ministros fizessem o mesmo em relação aos seus subordinados. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

- a) João da Silva é inviolável civil e penalmente por suas opiniões e palavras, motivo pelo qual não poderá ser responsabilizado.
- b) O Presidente da República poderia ter sido preso em flagrante por racismo, crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão. Na situação, a Câmara dos Deputados, por decisão de dois terços de seus membros, poderia decidir pela concessão da liberdade ao Chefe do Executivo.
- c) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não poderia ser responsabilizado pelo ato, que é estranho ao exercício de suas atribuições.
- d) A instauração de inquérito e de processo contra o Presidente da República dependeriam da autorização da Câmara dos Deputados, por dois terços de seus membros.
- e) Compete ao Supremo Tribunal Federal, após autorização da Câmara dos Deputados, processar e julgar João da Silva pelo crime praticado. Após instauração do processo, o Presidente deve ser afastado do cargo por até 180 dias.

04. Com o propósito de estabelecer medidas reguladoras da economia, o Presidente da República editou medida provisória (MP) para aumentar a alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para compra de moeda estrangeira. A MP foi imediatamente enviada ao Congresso Nacional, com a devida justificativa de relevância e de urgência. A medida não passou por comissão e foi levada diretamente ao Plenário da Câmara dos Deputados para votação, tendo sido aprovada, sem modificação, pela metade mais dos presentes, sendo certo que a maioria absoluta dos parlamentares estava na sessão. No Senado, foi aprovada por maioria simples em um só turno. Em seguida, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional fez a promulgação. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva incorreta.

- a) A medida provisória foi rejeitada pelo Senado Federal, uma vez que o quórum exigido para a sua aprovação é o de maioria absoluta.
- b) A MP deveria ter sido analisada por comissão mista antes de seguir ao Plenário da Câmara dos Deputados, motivo pelo qual o vício formal apresentado é suficiente para gerar a declaração de inconstitucionalidade da lei promulgada.
- c) No processo legislativo da medida provisória, a Casa Iniciadora deve ser necessariamente a Câmara dos Deputados.
- d) Medidas provisórias aprovadas pelo Congresso Nacional, sem modificação, não se submetem à sanção e nem veto.
- e) A nova alíquota do IOF pode ser aplicada imediatamente, uma vez que a medida provisória tem força de lei e o citado imposto não se sujeita à cláusula de anterioridade tributária.

05. Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública decorrentes de sentença judiciária devem ser efetuados, conforme determinação constitucional, obedecendo-se a seguinte ordem:

- a) Primeiro os créditos destinados aos idosos e, depois, às pessoas com deficiência.
- b) Inicialmente os créditos destinados às pessoas naturais e, depois, às pessoas jurídicas.
- c) Primeiro devem ser pagas as requisições de pequeno valor e, depois, os outros créditos.

d) Primeiro devem ser pagos os créditos decorrentes de salário e benefícios previdenciários e, depois, os demais.

e) Inicialmente os créditos de natureza alimentar e, depois, os destinados a idosos e enfermos.

06. A respeito do controle de constitucionalidade que se dá pela via incidental, indique a assertiva incorreta.

- a) A pretensão formulada em juízo se dá por meio de um processo constitucional subjetivo, cuja legitimidade ativa é atribuída a qualquer pessoa que queira levar direito violado ao conhecimento do Poder Judiciário.
- b) No controle difuso, juízes e Tribunais não poderão, de ofício, declarar a inconstitucionalidade de lei, afastando-a do caso concreto, uma vez que o órgão julgador não pode ultrapassar o pedido formulado pelas partes.
- c) Todas as normas formalmente constitucionais, ainda que já revogadas, desde que vigentes à data do fato, poderão ser utilizadas como parâmetros de controle difuso de constitucionalidade.
- d) O objeto da ação pode ser qualquer ato emanado do poder público, independentemente de ser primário ou secundário.
- e) No controle difuso, a decisão que afasta a aplicação da lei só faz coisa julgada para as partes do processo.

07. A União, para garantir cumprimento de mandado de reintegração de posse, por determinação do Ministro da Justiça, enviou a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) ao estado da Bahia, sem que o Governador tivesse solicitado, o que gerou conflito entre os entes da federação. A respeito do caso narrado, a partir do disposto na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a assertiva incorreta.

- a) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o litígio entre a União e o estado da Bahia, por se tratar de hipótese que afeta a estabilidade do pacto federativo.
- b) A responsabilidade pela segurança pública, dentro do Estado-membro, é do próprio ente federativo, de modo que o envio da Força Nacional de Segurança Pública à Bahia, sem requerimento do Governador, fere a autonomia do estado e a estabilidade do pacto federativo.

c) A Força Nacional de Segurança Pública é uma tropa federal, vinculada e subordinada às Forças Armadas, formada pela integração entre os estados federados e a União, para prestar apoio aos órgãos de segurança federais, estaduais e do Distrito Federal.

d) A União não pode intervir na autonomia dos estados e nem do Distrito Federal ressalvados os casos listados taxativamente na Constituição Federal.

e) O ato do Ministro da Justiça poderia, em tese, configurar crime de responsabilidade, da competência de julgamento do Supremo Tribunal Federal.

08. O Município de Manaus não está conseguindo, sozinho, garantir atendimento nos hospitais públicos, dada a grande proliferação da COVID-19, razão pela qual se constata grave comprometimento da ordem pública e a ofensa aos direitos da pessoa humana. A Assembleia Legislativa do Amazonas solicitou que o Presidente da República decretasse a intervenção federal, para dar solução ao problema. Sobre a história narrada, à luz dos dispositivos constitucionais, indique a única assertiva correta.

a) O Presidente da República, para combater o grave comprometimento da ordem pública, poderia atender à solicitação da Assembleia Legislativa do Amazonas e decretar a intervenção federal no Município de Manaus.

b) A intervenção federal em Estado ou no Distrito Federal, na hipótese de haver ofensa aos direitos da pessoa humana, poderia ser decretada de ofício pelo Presidente da República. Nesse caso, caberia ao Congresso Nacional referendar a medida tomada pelo Chefe do Executivo.

c) Na hipótese de haver grave comprometimento da ordem pública, a decretação da intervenção federal dependeria de requisição do Supremo Tribunal Federal, após julgamento de representação interventiva formulada pelo Procurador-Geral da República.

d) Caso o Presidente da República decretasse a intervenção federal no Estado do Amazonas, para dar solução ao grave comprometimento da ordem pública causado pelo Coronavírus, o decreto dependeria de aprovação do Congresso Nacional, no

prazo de 24 horas da data da decretação, em votação secreta, por maioria absoluta de seus membros.

e) O Presidente da República poderia atender à solicitação da Assembleia Legislativa e decretar a intervenção federal no Estado do Amazonas (e não apenas no Município de Manaus). No decreto, o prazo da medida, os procedimentos e a nomeação de interventor devem ser especificados. A efetividade do decreto depende de aprovação do Congresso Nacional, que tem prazo de 24 horas para se manifestar.

09. O Ministério Público do Trabalho, com o objetivo de solucionar impasse existente entre os trabalhadores da Guarda Civil Municipal e a Administração do Município de São Bernardo do Campo que culminou na greve dos servidores públicos, opôs dissídio coletivo perante a Justiça do Trabalho, uma vez que os servidores públicos são celetistas. A respeito do caso narrado, indique a alternativa correta, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

a) É competência da justiça comum, federal ou estadual, conforme o caso, o julgamento de dissídio de greve promovida por servidores públicos celetistas.

b) A Guarda Municipal não é órgão de segurança pública, de modo que os seus servidores fazem jus ao direito de greve, diferentemente do que se aplica aos policiais civis e federais.

c) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar o dissídio de greve promovida por servidores públicos celetistas.

d) De decisão denegatória proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em única ou última instância, cabe recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.

e) A competência para julgar dissídio de greve de servidores públicos celetistas é da Justiça do Trabalho, ao passo que a competência para julgar dissídio de greve de servidores públicos estatutários é da Justiça Comum.

10. A respeito do conceito, formação, fontes e relações com outros ramos do Direito, indique a única afirmativa correta a respeito do Direito Constitucional.

- a) A Constituição Federal embora seja a fonte suprema do Direito Constitucional, não é a única. Doutrina e jurisprudência também produzem, ainda que de modo acessório, normas jurídicas destinadas à organização do Estado. Entretanto, a partir do constitucionalismo moderno, momento em que foi consagrado o modelo de constituições escritas, não mais se admitiu o costume como fonte do Direito Constitucional.
- b) A palavra Constituição é recente, surgiu entre os Séculos XVI e XVII, após as Guerras Religiosas. Todavia, desde a Antiguidade, tem-se a ideia de Constituição (concepção de organização de uma sociedade), mesmo sem leis escritas, como foi o caso dos Hebreus, por exemplo, que buscavam nas tábuas dos mandamentos e na orientação dos profetas as normas de sua organização.
- c) Ferdinand Lassalle, precursor da social democracia alemã, defendeu ser a Constituição uma decisão política fundamental, um conjunto de opções políticas de um Estado, e não um reflexo da sociedade.
- d) De acordo com o sentido Jurídico idealizado por Hans Kelsen, a Constituição consiste num sistema de normas jurídicas que regulam outras normas e dão validade a todo o ordenamento jurídico. A validade do Direito posto, nessa concepção jurídica, prima pela aceitação de valores sociais e morais de uma comunidade.
- e) As normas da atual Constituição brasileira são materialmente e formalmente constitucionais.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Felipe Cavalcante

11. De acordo com a Constituição Federal, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social é vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios, ressalvada, nos termos de lei complementar:

- a) exclusivamente os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.
- b) exclusivamente os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, mediante caracterização por categoria profissional, e quando se tratar de segurados portadores de deficiência.
- c) a possibilidade de previsão de idade e tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria em favor dos segurados com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- d) a possibilidade de previsão de carência e tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria em favor dos segurados cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.
- e) os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física; quando se tratar de segurados portadores de deficiência ou quando se tratar de segurados sujeitos a atividades perigosas.

12. O texto permanente da Constituição Federal assegura a aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social:

- a) aos 65 anos de idade, se homem, e aos 60 anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.
- b) aos 35 anos de contribuição, se homem, e aos trinta anos de contribuição, se mulher.
- c) com redução de cinco anos no requisito contributivo, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
- d) aos 60 anos de idade, se homem, e aos 55 anos de idade, se mulher, para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar.
- e) aos 65 anos de idade, se homem, e aos 62 anos de idade, se mulher.

13. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- b) cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada.
- c) proteção à maternidade, especialmente à gestante.
- d) proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.
- e) pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

14. A Emenda Constitucional n. 103 estabeleceu um novo regramento para a pensão por morte de segurado vinculado ao Regime Geral de Previdência ou de servidor público federal. A respeito do tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) a pensão por morte será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).

b) As cotas cessadas reverterão em favor dos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a 5 (cinco).

c) Na hipótese de o segurado do regime geral ter deixado dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte será equivalente a 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito.

d) Para fins de recebimento da pensão por morte, equiparam-se a filho apenas o enteado e o menor tutelado, desde que comprovada a dependência econômica, excluído o menor sob guarda.

e) Para o dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, sua condição pode ser reconhecida previamente ao óbito do segurado, por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, observada revisão periódica na forma da legislação.

15. João e Maria estavam casados há apenas dois meses quando sofreram um acidente de carro que resultou no óbito do cônjuge varão. Considerando que João era segurado do regime geral de previdência e tendo em vista a legislação atual, podemos afirmar que:

a) Independentemente de sua idade, Maria fará jus à pensão por morte vitalícia caso tenha perdido as pernas no mesmo acidente.

b) Independentemente de sua idade, Maria fará jus à pensão por morte durante apenas 04 meses.

c) A pensão será paga durante 06 (seis) anos, caso Maria tivesse menos de 21 anos de idade na data do acidente.

d) A pensão corresponderá a 100% da média aritmética dos salários-de-contribuição vertidos por João, caso o óbito seja caracterizado como acidente do trabalho.

e) A pensão corresponderá a 100% da aposentadoria a que João teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente da data do óbito.

16. Ainda a respeito da pensão por morte, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os dependentes de trabalhador rural não têm direito à pensão previdenciária, se o óbito ocorreu anteriormente à vigência da Lei Complementar nº 11/71.
- b) É indevida a prorrogação da pensão por morte ao filho maior de 21 anos, ainda que esteja cursando o ensino superior.
- c) Para fins de concessão de pensão por morte, é incabível a regularização do recolhimento de contribuições de segurado contribuinte individual posteriormente a seu óbito, exceto quando as contribuições devam ser arrecadadas por empresa tomadora de serviços.
- d) A comprovação de união estável para efeito de concessão de pensão por morte prescinde de início de prova material.
- e) A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado.

17. A respeito do auxílio-reclusão, assinale a alternativa incorreta:

- a) A concessão do benefício independe de carência.
- b) O benefício somente é devido caso o segurado esteja recolhido à prisão em regime fechado.
- c) O benefício somente é devido caso o segurado não receba remuneração de empresa e nem estiver em gozo de auxílio-doença, pensão por morte, salário-maternidade, aposentadoria ou abono de permanência em serviço.
- d) A aferição da renda mensal bruta para enquadramento do segurado como de baixa renda ocorrerá pela média dos salários de contribuição apurados no período de 12 (doze) meses anteriores ao mês do recolhimento à prisão.
- e) O exercício de atividade remunerada do segurado recluso, em cumprimento de pena em regime fechado, não acarreta a perda do direito ao recebimento do auxílio-reclusão para seus dependentes.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

18. Assinale a alternativa correta sobre a teoria do crime:

- a) Para o finalismo, o dolo pode ser denominado de colorido ou híbrido.
- b) A culpabilidade é psicológica, representando o vínculo psicológico entre a conduta e o agente, para o finalismo.
- c) O dolo é normativo para o finalismo, sendo que a culpabilidade se compõe da imputabilidade, da potencial consciência da ilicitude e da exigibilidade de conduta diversa.
- d) O neokantismo compreende que o dolo é parte da culpabilidade, mas reconhece elementos subjetivos no tipo, considerado norma de cultura.
- e) Para o causalismo, a culpabilidade é compreendida por meio da teoria normativa pura.

19. Sobre o nexa causal, assinale a alternativa correta:

- a) A causa relativamente independente, anterior, exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.
- b) Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido, o que demonstra a adoção da teoria da causalidade adequada pelo Código Penal.
- c) A teoria da imputação objetiva representa uma limitação do nexa causal, ao excluir de sua análise o conteúdo jurídico, para lhe trazer um critério eminentemente científico e natural.
- d) Sobre os crimes omissivos impróprios, é amplamente dominante a teoria naturalística sobre a produção do resultado, sendo que a omissão causa o resultado diretamente, por fazer parte do nexa causal.
- e) O nexa causal, relevante nos crimes materiais, é definido pela conditio sine qua non, conforme determina o Código Penal. A crítica feita à teoria adotada é o possível regresso ilimitado, na cadeia causal, por ela permitido.

20. Sobre o crime de moeda falsa, assinale a alternativa correta:

- a) Os atos de preparação dos crimes não são puníveis por si só, razão pela qual não se pune a preparação para a prática do crime de moeda falsa, previsto no artigo 289 do CP.
- b) O crime de moeda falsa não depende de a falsificação ser ou não grosseira, considerando que, conforme entendimento do STJ, falsificar moeda por si ofende a fé pública.
- c) Pode incidir o princípio da insignificância, de forma excepcional, no crime de moeda falsa, desde que não haja potencialidade lesiva devido ao ínfimo valor da cédula falsificada.
- d) No caso dos crimes assimilados ao de moeda falsa, com previsão no artigo 290 do Código Penal, a pena aumenta-se de um terço se o crime é cometido por funcionário que trabalha na repartição onde o dinheiro se achava recolhido, ou nela tem fácil ingresso, em razão do cargo.
- e) O crime de petrechos para falsificação de moeda, considerado crime obstáculo, demonstra excepcional hipótese de punição de atos preparatórios, o que é possível se o legislador prevê tipo autônomo.

21. Prevista no CP e em legislações extravagantes, a multa é modalidade de pena que pode ser aplicada em conjunto com a pena privativa de liberdade ou isoladamente. Acerca da disciplina contida no CP sobre a pena de multa, assinale a opção correta.

- a) As hipóteses de interrupção e suspensão da prescrição de penas de multa são as mesmas previstas para as penas privativas de liberdade, tanto antes quanto após o trânsito em julgado da condenação.
- b) Ao fixar a pena de multa, o juiz deve atender principalmente ao grau de reprovabilidade do delito e desconsiderar a situação econômica para não apenas diferentemente réus condenados pelo mesmo crime.
- c) O CP proíbe a substituição de pena privativa de liberdade pela pena de multa em condenação por crime doloso, embora tal substituição seja possível em casos de crime culposos e contravenção penal.

d) Se houver concurso formal ou material de crimes punidos com pena de multa, ao condenado devem ser aplicadas distinta e integralmente as multas referentes a cada um dos delitos.

e) O valor do dia-multa é arbitrado com base no salário mínimo mensal vigente ao tempo da condenação do réu e deve ser atualizado, quando da execução, pelos índices de correção monetária aplicáveis.

22. Eustáquio, primário, foi condenado a 60 anos de reclusão por vários processos de peculato, em razão de várias condutas ilícitas praticadas no exercício das funções de servidor público federal. Os crimes foram praticados de 2016 a 2019. Assinale a alternativa correta:

- a) Apesar de sujeito ao limite de 40 anos do artigo 75 do Código Penal, modificado pela Lei 13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime, devem os cálculos de cumprimento de pena, para fins de obtenção dos benefícios de execução penal, considerar todo o montante de pena imposta.
- b) Se praticada falta grave por ele durante a execução da pena, o cálculo deve ser interrompido tanto para livramento condicional, quanto para progressão de regime, em razão das regras modificadas pelo Pacote Anticrime.
- c) A progressão de regime fica condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto ou ilícito praticado, mas não aos acréscimos legais, que devem ser cobrados na esfera cível.
- d) Praticada falta grave por ele, o cálculo de lapso temporal para a concessão de indulto deve ter seu prazo interrompido.
- e) Se preenchidos os requisitos subjetivos, poderá obter livramento condicional apenas após cumpridos mais de 20 anos de reclusão, em razão de ser considerada a pena total como base de cálculo para a concessão da benesse.

23. Assinale os itens a seguir sobre a teoria das penas e a jurisprudência correlata:

I – A perda de bens e valores pertencentes aos condenados dar-se-á, ressalvada a legislação especial, em favor do Fundo Penitenciário Nacional, e seu valor terá como teto, exclusivamente, provento obtido pelo agente ou por terceiro, em consequência da prática do crime.

II – O prazo de cinco anos do art. 64, I, do Código Penal, afasta os efeitos da reincidência, mas não impede o reconhecimento de maus antecedentes.

III – É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.

Assinale a alternativa que traz a sequência correta, considerando V como verdadeira e F como falsa:

- a) V; F; V.
- b) F; V; V.
- c) F; F; V.
- d) V; F; F.
- e) V; V; V.

24. Sobre os crimes contra a Administração Pública e a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta:

- a) A importação não autorizada de arma de pressão por ação de gás comprimido ou por ação de mola, independentemente do calibre configura crime da Lei 10.826/2003, norma especial em relação ao crime de contrabando, do artigo 334-A do CP.
- b) A importação não autorizada de cigarros ou de gasolina constitui crime de contrabando, suscetível de aplicação do princípio da insignificância caso o tributo elidido não ultrapasse o montante de R\$ 20.000,00.
- c) O pagamento ou o parcelamento dos débitos tributários não extingue a punibilidade do crime de descaminho, tendo em vista a natureza formal do delito.
- d) Para a caracterização do delito de contrabando de máquinas programadas para exploração de jogos de azar, é desnecessária a demonstração de fortes indícios (e/ou provas) da origem estrangeira das máquinas ou dos seus componentes eletrônicos e a entrada, ilegalmente, desses equipamentos no país.

e) É necessária a constituição definitiva do crédito tributário na esfera administrativa para a configuração dos crimes de contrabando e de descaminho.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fernando Andrade

25. Considerando o **sistema garantista**, não está no seu rol de princípios básicos a seguinte afirmação:

- a) Nulla poena, nulla culpa sine iudicio.
- b) Nullum iudicium sine accusatione.
- c) Nullum crimen sine lege.
- d) Nulla probatio sine defensione.
- e) Pas de nullité sans grief.

26. Sobre a fase pré-processual, assinale a opção correta.

- a) Cabe ao Delegado de polícia arquivar o inquérito policial.
- b) O indiciamento, que é privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.
- c) O Ministério Público pode não apenas requisitar a instauração do inquérito, como também determinar autoridade policial o indiciamento de um investigado.
- d) O inquérito policial, conduzido por delegado de polícia, somente poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico ou pelo Ministério Público, por motivo de conveniência e oportunidade.
- e) Durante a investigação criminal, cabe ao delegado de polícia a requisição de perícia, informações, proceder a buscas domiciliares, buscar e apreender documentos e dados que interessem à apuração dos fatos, independentemente da autorização judicial.

27 Pode-se apontar como efeito da constitucionalização do processo penal:

- a) Há vedação ao direito ao silêncio do réu, conforme o art. 186 do Código de Processo Penal.
- b) Pode o juiz substituir o Ministério Público em sua função probatória, diante da liberdade de produção conferida ao juiz pelo Código de Processo Penal.
- c) O interrogatório do réu tem natureza de prova no processo penal.
- d) Não pode o juiz, conforme o Supremo Tribunal Federal, requisitar provas depois da manifestação pelo arquivamento feita pelo Ministério Público.
- e) Quando o titular do direito à reparação do dano for pobre, a execução da sentença não poderá ser promovida, a seu requerimento, pelo Ministério Público.

28 São medidas cautelares diversas da prisão, salvo:

- a) comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades.
- b) suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais.
- c) fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial.
- d) prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social.
- e) recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos.

29 Com relação à tutela da liberdade, é incorreta a afirmação:

- a) Segundo a jurisprudência sumulada do STF, não cabe *habeas corpus* contra a decisão do relator que de tribunal superior que indefere a liminar.
- b) Quando a liberdade de alguém estiver direta ou indiretamente ameaçada, cabe *habeas corpus* ainda que para solucionar questões de natureza processual.
- c) Considera-se coação ilegal, tutelável por *habeas corpus* a ausência de justa causa para a ação penal.
- d) Cabe *habeas corpus*, excepcionalmente, contra decisão judicial.
- e) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, sob pena de ser declarada ilegal e revogada a prisão.

30 Sobre o entendimento doutrinário e jurisprudencial no processo penal, é incorreto afirmar.

- a) Entende-se por norma puramente processual aquela que regulamente procedimento sem interferir na pretensão punitiva do Estado, sendo a norma de direito material aquela que modifica a pretensão punitiva do Estado, podendo, assim, retroagir se for mais benéfica ao acusado.
- b) A inexistência de confissão do investigado antes da formação da *opinio delicti* do Ministério Público não pode ser interpretada como desinteresse em entabular eventual acordo de não persecução penal.
- c) É possível aditar a denúncia para requerer a perda de bens cujo conhecimento se der após iniciada a ação penal, caso em que, recebido o aditamento, deverão ser ouvidos os interessados e propiciada a dilação probatória.
- d) Para a decretação da Prisão Temporária (Lei n. 7.960/1989) é necessária a aplicação cumulativa do inc. III com o inc. I do art. 1º da Lei n. 7.960/1989.
- e) O não pagamento da fiança pode ser motivo legítimo a impedir a concessão da liberdade provisória, ainda que haja outras cautelares impostas.

31 Sobre as provas no processo penal, não é correto afirmar.

- a) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- b) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- c) O interrogatório será constituído de duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos, sendo possível ao réu, no seu exercício do direito de defesa, calar-se, falar sobre os fatos e, ainda, mentir, quer seja sobre a sua pessoa, quer seja sobre a imputação.
- d) O valor da confissão se aferirá pelos critérios adotados para os outros elementos de prova, e para a sua apreciação o juiz deverá confrontá-la com as demais provas do processo, verificando se entre ela e estas se existe compatibilidade ou concordância.
- e) O depoimento da testemunha será prestado oralmente, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

32. No que concerne à legislação penal extravagante, assinale a alternativa correta.

- a) O Estatuto do Índio, ao tipificar crimes contra os índios e contra a cultura indígena, não define um tipo especial de homicídio contra o índio.
- b) Impedir o acesso de alguém ou recusar-lhe atendimento em restaurantes, bares, confeitarias ou locais semelhantes abertos ao público, pelo único motivo desse alguém ser de etnia indígena, é crime previsto no Estatuto do Índio.
- c) Existe disparidade entre o preceito secundário do falso testemunho definido como crime contra a Administração da Justiça e o falso testemunho apresentado perante o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

d) A medida de deportação é mais severa do que a de expulsão do estrangeiro.

e) A lei nacional prevê as figuras típicas de genocídio por omissão e genocídio culposos.

33. Indique a alternativa compatível com a lei de transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima, atualizada com a Lei Anticrime.

- a) O juízo federal de execução penal não será competente para as ações de natureza penal que tenham por objeto infrações penais de competência da justiça comum estadual ocorridas no interior do estabelecimento penal federal.
- b) Serão incluídos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima aqueles para quem a medida se justifique no interesse do próprio preso provisório.
- c) Os estabelecimentos penais federais de segurança máxima deverão dispor de monitoramento de áudio e vídeo nas celas, no parlatório e nas áreas comuns, para fins de preservação da ordem interna e da segurança pública, vedado seu uso no atendimento advocatício.
- d) O preso será incluído no sistema penitenciário federal sem definição de prazo de permanência.
- e) O período de permanência será de até 360 (trezentos e sessenta) dias, renovável por iguais períodos, quando solicitado motivadamente pelo juízo de origem, observados os requisitos da transferência, e se persistirem os motivos que a determinaram.

34. Assinale a opção correta a respeito da coleta de material genético para fins probatórios.

- a) O réu preso em flagrante pela prática de crime de latrocínio deve se sujeitar obrigatoriamente à coleta de material genético de forma concomitante à lavratura do auto de prisão em flagrante.
- b) O preso em flagrante poderá ser obrigado a se sujeitar à coleta de material genético se o delegado entender indispensável para as investigações.
- c) As informações genéticas contidas nos bancos de dados de perfis genéticos poderão revelar traços comportamentais das pessoas.
- d) Quando a pena do crime a ser apurado for de detenção, a autoridade policial não poderá colher material genético do preso, mesmo a pedido dele.
- e) A coleta obrigatória de material genético, à qual são submetidos os condenados por crimes hediondos, é inconstitucional por ofender o princípio de que ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo.

35. Assinale a alternativa correta quanto ao tráfico de entorpecentes.

- a) Não há a conduta *produzir* no crime de tráfico de drogas.
- b) A infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação pode ser realizada em qualquer fase da persecução criminal, dependendo, no entanto, de autorização judicial e oitiva do MP.
- c) Se restar comprovado, ao fim da instrução criminal, que o agente, em razão da dependência, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ao tempo da ação, o juiz, se absolver o acusado, não poderá determinar o seu encaminhamento para tratamento médico adequado.
- d) Não há, na legislação específica, disposição expressa a respeito da pena de multa, devendo o juiz aplicar, subsidiariamente, os dispositivos do CPP acerca do tema.
- e) Reincidindo o agente na prática do crime de uso de substância entorpecente, caberá a sua prisão em flagrante, devendo ser ele imediatamente encaminhado ao juiz competente.

36. Considerando a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, é CORRETO afirmar que o tráfico internacional de drogas:

- a) Não é possível a concessão de liberdade provisória por se tratar de crime equiparado a hediondo.
- b) É vedada a conversão da pena privativa de liberdade em penas restritivas de direitos.
- c) A fixação do regime inicial para cumprimento da pena privativa de liberdade deve observar apenas as regras previstas nos artigos 33 e 59 do Código Penal.
- d) A aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006 não afasta a hediondez do crime de tráfico de drogas.
- e) Possui tipicidade formal própria na Lei 11.343/2006.

37. Em relação à Lei de lavagem de bens, valores e capitais, aponte a alternativa correta.

- a) Os tipos previstos na Lei de Lavagem de Dinheiro são próprios, pois o texto legal exige o pertencimento dos agentes a determinada categoria de pessoas para que fique caracterizada a conduta criminosa.
- b) A doutrina majoritária identifica como bem jurídico do delito de lavagem de dinheiro a administração da justiça e(ou) a ordem socioeconômica.
- c) Para que tenha direito a benefício resultante de colaboração premiada, é necessário que o agente cumpra dois requisitos: identifique os autores e informe a localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime.
- d) Caso uma instituição cuja atividade principal seja captação de recursos financeiros de terceiros tenha conhecimento de atos suspeitos previstos nessa lei, deve comunicar o fato ao Conselho de Controle das Atividades Financeiras para evitar ser responsabilizada criminalmente.
- e) Se, em um escritório, ocorrer a prática reiterada de delitos previstos na referida lei com o conhecimento dos funcionários, a responsabilização criminal de cada um desses agentes dependerá da comprovação de sua prática efetiva de atos de ocultação de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal.

DIREITO ECONÔMICO E PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

Vanessa Arns

38. Quanto aos princípios gerais da atividade econômica previstos na Constituição brasileira, assinale a opção correta.

- a) A Constituição Federal adota o princípio de defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
- b) O princípio da soberania nacional na ordem econômica é incompatível com a Constituição brasileira, pois traz o isolamento do Estado diante da ordem econômica internacional;
- c) A Constituição Federal foi a primeira a prever a função social da propriedade como princípio da ordem econômica;
- d) A livre concorrência é garantida independentemente de o Estado promover a livre iniciativa.
- e) O princípio da propriedade privada traduz-se no poder de gozar e dispor de um bem, sendo direito de exercício absoluto e irrestrito.

39. Assinale a opção que, corretamente, lista princípios que a Constituição assenta para a ordem econômica:

- a) Soberania nacional, propriedade privada, livre iniciativa e tratamento favorecido a empresas brasileiras de sócios nacionais.
- b) Livre iniciativa, tratamento favorecido a pequenas empresas com sócios nacionais, defesa do meio ambiente, defesa do consumidor e redução das desigualdades sociais.
- c) Soberania nacional, livre concorrência, defesa do meio ambiente, redução das desigualdades regionais e livre iniciativa.
- d) Defesa do consumidor, defesa do meio ambiente, defesa da atuação do estado como agente regulador e produtor na economia, defesa da concorrência, propriedade privada e função social da propriedade.

e) Soberania nacional, propriedade privada, livre iniciativa e tratamento favorecido a empresas brasileiras de sócios nacionais.

40. A existência de monopólios está baseada na hipótese de

- a) barreiras à entrada de novos ofertantes.
- b) existência de grande número de vendedores e compradores.
- c) livre entrada e saída de vendedores.
- d) conluio entre as firmas dominantes.
- e) incapacidade das firmas em fixar preços.

41. Acerca das práticas comerciais restritivas à livre concorrência, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A competência internacional do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE quanto às condutas restritivas à livre concorrência orienta-se pela teoria dos efeitos.
- b) A configuração da venda casada como conduta restritiva à livre concorrência independe do poder de mercado do produto principal.
- c) Um acordo entre concorrentes sobre áreas de atuação exclusiva e não sobre preço afasta a caracterização de cartel.
- d) A prática de fixação de preços de revenda em contratos de franquia, em regra, é tida como ilícita pelo CADE.
- e) As condutas restritivas à livre concorrência praticadas em setores regulados, como telefonia, energia elétrica e sistema financeiro, são de competência exclusiva das agências reguladoras respectivas.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

42. Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942, com a redação da Lei nº 12.376/2010) é correto afirmar que:

- a) para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se executarem;
- b) a sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, quando relativo a bens móveis, e à lei da localização do bem imóvel;
- c) é competente a autoridade judiciária brasileira, quando aqui tiver de ser cumprida a obrigação;
- d) não conhecendo a lei estrangeira, poderá o juiz afastar a sua aplicabilidade;
- e) será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro que tiver sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

43. Não pode requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão:

- a) o credor da obrigação vencida e não paga;
- b) o herdeiro presumido;
- c) o que tiver sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte;
- d) o cônjuge do ausente, desde que não esteja separado de fato por mais de dois anos;
- e) o herdeiro testamentário.

44. Não é requisito para que a sentença proferida no estrangeiro seja executada no Brasil:

- a) haver sido proferida por juiz competente;
- b) estar traduzida por intérprete autorizado;
- c) ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) não tenha sido verificada à revelia;
- e) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida.

45. Em relação ao instituto da servidão, é incorreto afirmar que:

- a) o dono de uma servidão pode fazer todas as obras necessárias à sua conservação e uso, e, se a servidão pertencer a mais de um prédio, serão as despesas rateadas entre os respectivos donos;
- b) quando a obrigação incumbir ao dono do prédio serviente, este poderá exonerar-se, abandonando, total ou parcialmente, a propriedade ao dono do dominante;
- c) as obras necessárias à conservação e ao uso da servidão devem ser feitas pelo dono do prédio dominante, se o contrário não dispuser expressamente o título;
- d) constituída para certo fim, a servidão pode, ainda, ser ampliada para abranger um outro, desde que parecido;
- e) nas servidões de trânsito, a de maior inclui a de menor ônus, e a menor exclui a mais onerosa.

46. O prazo para a Administração Pública cobrar o particular por algum dano ocasionado a um prédio público é, conforme o Superior Tribunal de Justiça, de:

- a) três anos, por ser questão de indenização por danos materiais;
- b) cinco anos, por ser dívida líquida constituída em autuação, que é documento público;
- c) cinco anos, por aplicação de previsão expressa em legislação específica;
- d) cinco anos, por aplicação analógica do prazo prescricional que se aplica no caso de ação de indenização contra a Fazenda Pública;
- e) três anos, por ser prazo geral da indenização.

47. São impenhoráveis os seguintes bens e direitos, exceto:

- a) os valores oriundos de empréstimo consignado;
- b) os valores oriundos de pensão por morte;
- c) os valores oriundos de empréstimo consignado em que o mutuário comprovar que os recursos são necessários à de sua manutenção e de sua família;
- d) os recursos públicos do fundo partidário recebidos por partido político, nos termos da lei;
- e) os valores depositados em poupança até o montante de sessenta salários-mínimos.

48. Conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a responsabilidade civil, é correto afirmar que:

- a) o ato de vandalismo que resulta no rompimento de cabos elétricos de vagão de trem exclui a responsabilidade da concessionária/transportadora, pois configura ato exclusivo de terceiro;
- b) o Estado responde de forma objetiva quando a situação envolver atividade naturalmente perigosa, sendo irrelevante o fato de a conduta ser comissiva ou omissiva;
- c) pela morte de paciente em atendimento custeado pelo SUS incidirá o prazo prescricional de três anos para ser requerida a indenização;
- d) a operadora de plano de saúde tem responsabilidade solidária por defeito na prestação de serviço médico em qualquer hipótese;
- e) a culpa exclusiva de terceiro não possibilita o afastamento, em qualquer caso, da responsabilidade objetiva.

49. Em relação aos contratos de compra e venda, entende o Superior Tribunal de Justiça que:

- a) o arrendamento residencial não tem natureza jurídica de compra e venda nem de promessa de compra e venda;
- b) no caso de resolução de contrato por atraso na entrega de imóvel além do prazo de tolerância, por culpa da incorporadora, o termo *ad quem* dos lucros cessantes é a data da assinatura do contrato;
- c) é nula a cláusula contratual que transfere ao promitente-comprador a obrigação de pagar a comissão de corretagem nos contratos de promessa de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária;
- d) prescreve em cinco anos a pretensão de restituição dos valores pagos a título de comissão de corretagem ou de serviço de assistência técnico-imobiliária (SATI), ou atividade congênere;
- e) prescreve em dez anos a pretensão de restituição dos valores pagos a título de comissão de corretagem ou de serviço de assistência técnico-imobiliária (SATI), ou atividade congênere, já que é obrigação contratual.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

50. Sobre os recursos para os tribunais superiores, é correto afirmar, exceto:

- a) Para fins de admissão do recurso extraordinário, haverá repercussão geral, dentre outras hipóteses, sempre que o recurso impugnar acórdão que tenha sido proferido em julgamento de casos repetitivos.
- b) Do julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas caberá recurso extraordinário ou especial, que terão efeito suspensivo, presumindo-se a repercussão geral de questão constitucional eventualmente discutida.
- c) O relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.
- d) Na hipótese de interposição conjunta de recurso extraordinário e especial, se o relator do recurso especial considerar prejudicial o recurso extraordinário, em decisão irrecorrível, sobrestará o julgamento e remeterá os autos ao Supremo Tribunal Federal.
- e) O Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça poderá desconsiderar vício formal de recurso tempestivo ou determinar sua correção, desde que não o repute grave.

51. Marque a alternativa correta a respeito das normas fundamentais do processo civil:

- a) a vedação às decisões surpresa impõe ao juiz o dever de provocar o debate sobre todas as questões, inclusive sobre as que pode conhecer de ofício.
- b) De acordo com o STJ, a inclusão de feito em pauta sem a intimação do advogado não constitui violação ao princípio da não surpresa.
- c) Na ação monitória, o juiz deferirá a expedição de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, pronunciamento este que sempre deve ser precedido da oitiva da parte contrária.
- d) Caso fique caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte, o juiz pode decidir liminarmente.
- e) O “fundamento” ao qual se refere o art. 10 do CPC é o fundamento legal, e não o fundamento jurídico.

52. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A legitimidade ad causam é a pertinência subjetiva à demanda, é a aptidão para conduzir validamente um processo em que se discute determinada relação jurídica.
- b) O legitimado extraordinário é parte no processo.
- c) A falta de legitimidade extraordinária leva a uma decisão com resolução de mérito.
- d) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico
- e) Se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.

53. Assinale a alternativa incorreta a respeito do litisconsórcio:

- a) Trata-se de litisconsórcio sucessivo o caso em que filho e mãe pleiteiam, respectivamente, investigação de paternidade e ressarcimento das despesas do parto.
- b) No litisconsórcio eventual, o segundo pedido só pode ser analisado se o primeiro não for acolhido, sendo um caso de cumulação imprópria de pedidos.
- c) No litisconsórcio alternativo, formulam-se vários pedidos para que, qualquer um deles, seja acolhido, sem nenhuma preferência entre eles.
- d) No litisconsorte unitário, os atos de um beneficiam os demais e os atos de disposição de direito não prejudicam os demais, não produzindo nenhum efeito se os demais com ele não concordarem.
- e) No litisconsórcio simples, o ato de disposição de direito material ou processual atinge todos os litisconsortes.

54. Em relação à audiência de instrução e julgamento é correto afirmar que:

- a) o juiz não poderá dispensar a produção das provas requeridas pelo membro da Defensoria que não esteja presente em audiência.
- b) só pode ser gravada se houver autorização judicial.

- c) a obediência à ordem de produção de provas - peritos, assistente técnico, depoimento pessoal, testemunhas, razões finais orais e sentença - é obrigatória.
- d) a fixação dos pontos controvertidos deve ocorrer na fase de saneamento do processo, e não mais na audiência de instrução e julgamento.
- e) instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, desde que anteriormente não tenha ocorrido o emprego de outros métodos de solução consensual de conflitos.

55. Assinale a alternativa correta a respeito da liquidação de sentença.

- a) Para impugnar a decisão que julgar a liquidação de sentença, pode-se empregar tanto o agravo de instrumento quanto a apelação, sendo possível a aplicação do princípio da fungibilidade recursal nesse caso.
- b) Não é possível que o magistrado, na fase de liquidação de sentença por arbitramento, acolha as conclusões periciais fundadas em presunções e deduções para a quantificação do prejuízo sofrido pelo credor a título de lucros cessantes.
- c) José foi vítima de infecção hospitalar. O juiz condenou o hospital a pagar todas as despesas que ele já teve por conta da moléstia, bem como as que ainda terá após a sentença. Nesse caso, a liquidação poderá ser feita por cálculo aritmético ou por arbitramento, à escolha do credor.
- d) O cálculo aritmético é feito pelo próprio credor, ao requerer o cumprimento de sentença, não constituindo uma fase específica de liquidação.
- e) A realização da liquidação de forma diversa da indicada na sentença ofende a coisa julgada.

56. Sobre os juizados especiais, assinale a alternativa incorreta:

- a) A necessidade de produção de prova pericial afasta a competência dos Juizados Especiais.
- b) É da competência dos Juizados Especiais Federais e dos Juizados Especiais da Fazenda Pública a defesa de direitos ou interesses difusos e coletivos exercida por meio de ações propostas individualmente pelos seus titulares ou substitutos processuais.
- c) Em se tratando de litisconsórcio ativo facultativo, para que se fixe a competência dos Juizados Especiais, deve ser considerado o valor da causa individualmente por autor, não importando se a soma ultrapassa o valor de alçada
- d) Compete ao Tribunal Regional Federal decidir os conflitos de competência entre juizado especial federal e juízo federal da mesma seção judiciária.
- e) Admite-se a impetração de mandado de segurança perante os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais para o exercício do controle de competência dos Juizados Especiais Estaduais ou Federais, respectivamente, excepcionando a hipótese de cabimento da Súmula n. 376/STJ.

57. Assinale a alternativa correta, levando-se em consideração o entendimento dos Tribunais Superiores:

- a) Cabe agravo de instrumento contra a decisão interlocutória que defira ou indefira a expedição de ofício para que um terceiro apresente determinado documento, mesmo sem a instauração de incidente processual ou de ação incidental.
- b) Contra o acórdão que admite ou inadmite o IRDR é cabível recurso especial.
- c) Na apelação, a técnica da ampliação do colegiado não se aplica quando não houver unanimidade no juízo de admissibilidade recursal, devendo ser aplicada apenas no que tange ao julgamento do mérito do recurso.
- d) O juízo de admissibilidade do recurso ordinário em mandado de segurança deve ser feito pelo TJ ou TRF recorrido.
- e) A falta de recolhimento do preparo é vício formal que pode ser suprido pelo julgamento do recurso.

58. Assinale a alternativa correta a respeito da sentença:

- a) O princípio da congruência externa consiste na possibilidade de a sentença desbordar os limites do pedido, permitindo ao magistrado prolatar decisão além do requerido para que haja uma justa reparação.
- b) O CPC/15 consagrou um conceito de sentença que leva em conta o conteúdo do pronunciamento judicial e os efeitos que esse pronunciamento gera.
- c) Em ação de usucapião de bem imóvel, a sentença tem natureza declaratória e efeitos ex nunc.
- d) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será ineficaz se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo
- e) Não se pode aplicar a teoria da causa madura no julgamento de recurso de sentença sem fundamentação, devendo o processo retornar para o juízo de primeiro grau para prolação de nova decisão.

59. No que diz respeito ao Mandado de Segurança, leia as afirmativas a seguir:

- I- É admitido o litisconsórcio, mas não a intervenção de terceiros no processo de Mandado de Segurança
- II- Deverá ter seu mérito apreciado independentemente de superveniente trânsito em julgado da decisão questionada.
- III- O Tribunal de Justiça, mesmo não possuindo personalidade jurídica própria, detém legitimidade autônoma para ajuizar mandado de segurança contra ato do Governador do Estado em defesa de sua autonomia institucional.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) As três afirmativas são verdadeiras.
- b) As afirmativas I e II são verdadeiras.
- c) As afirmativas II e III são verdadeiras.
- d) As afirmativas I e III são verdadeiras.
- e) n.d.a

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

60. Com relação ao regime jurídico da Administração Pública, assinale a alternativa correta

- a) Conforme o STJ, o princípio da continuidade dos serviços públicos não impede a interrupção do fornecimento de energia elétrica destinada à iluminação pública de hospital municipal inadimplente.
- b) O princípio da juridicidade, por constituir uma nova compreensão da ideia de legalidade, acarretou a redução do espaço de discricionariedade do administrador público.
- c) Não configura ofensa ao princípio da moralidade a nomeação de esposa de magistrado, devidamente concursada, para função de confiança diretamente subordinada ao juiz cônjuge.
- d) O conteúdo jurídico do princípio da moralidade administrativa pode ser conceituado como, a resultante da moral social de uma época a vincular a atuação da Administração pública.
- e) A autotutela administrativa é considerada um princípio onivalente, uma vez que decorre da bipolaridade do Direito Administrativo.

61. Relativamente à organização da Administração Pública, assinale a alternativa correta

- a) Conselhos profissionais são espécies de autarquia em regime especial, possuem personalidade jurídica de Direito Público para exercerem o poder de polícia e, portanto, pagam os seus débitos decorrentes de condenação judicial mediante precatório.
- b) Os consórcios públicos, salvo os de personalidade jurídica de direito privado, deverão observar as normas de direito público no que se refere a licitação, celebração de contratos, admissão de pessoal e prestação de contas.
- c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista possuem personalidade jurídica de Direito Privado não podendo pagar os seus débitos por meio de precatório.

d) A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação, exigência que, todavia, não se aplica à alienação do controle de suas subsidiárias e controladas.

e) As pessoas jurídicas de direito privado que compõem a administração pública são investidas de poderes de autoridade e encarregadas de realizar funções de interesse público, a partir da descentralização de poderes.

62. Em relação às Agências Reguladoras, responda

- a) O STF entende pela constitucionalidade dos regulamentos editados por agência reguladora que proibiam a fabricação, importação e comercialização, no país, de determinados produtos, ainda que essa proibição não esteja especificamente prevista em lei.
- b) Uma característica das agências reguladoras é a estabilidade reforçada dos dirigentes, porém, sendo possível a exoneração ad nutum.
- c) A Constituição Federal contempla as Agências Reguladoras como autarquias de regime especial.
- d) As Agências Reguladoras são dotadas de personalidade jurídica de direito privado e devem executar função administrativa de caráter normativo.
- e) As agências reguladoras são as únicas entidades da Administração Pública competentes para regular a atividade econômica.

63. Acerca do poder de polícia, é correto afirmar que

- a) os atos praticados no exercício do poder de polícia não são autoexecutórios, daí a necessidade de o poder público recorrer ao Poder Judiciário para, por exemplo, demolir uma edificação irregular.
- b) o exercício do Poder de Polícia compete ao ente que tenha recebido o múnus constitucional de regulação da matéria, tendo por atributos a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade.
- c) com a releitura do poder de polícia, passou a ser amplamente aceita a delegação do exercício do poder de polícia a particulares, estranhos à administração pública.
- d) segundo o Superior Tribunal de Justiça, a indelegabilidade do poder de polícia impede que as atividades materiais de verificação do cometimento de infrações sejam executadas por pessoas jurídicas de direito privado.
- e) na licença, ao contrário da autorização, a administração tem que manifestar seu consentimento para que o particular possa exercer um direito. A norma delega aspectos à apreciação da administração no caso concreto.

64. Acerca das licitações, sistema de registro de preços (SRP) e do regime diferenciado de contratações, assinale a alternativa correta

- a) Pelo RDC, as obras e serviços de engenharia podem ser objeto de contratação integrada, hipótese em que o próprio contratado elabora o projeto executivo e também o projeto básico.
- b) Sociedade empresária em recuperação judicial não pode participar de licitação, ainda que demonstre, na fase de habilitação, sua viabilidade econômica.
- c) É inexigível a licitação para a contratação de serviços técnicos de publicidade prestados necessariamente por intermédio de agências de propaganda.
- d) Embora a Lei nº 8.666/93 preveja hipóteses de contratação direta por meio de dispensa ou inexigibilidade, a administração pública não poderá contratar diretamente por inexigibilidade pela via do RDC porque todos os serviços que podem ser objeto do mencionado regime possuem natureza singular.

- e) Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional e que invistam no desenvolvimento social do País.

65. Acerca dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta

- a) O art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993, prevê que a inexecução do contrato firmado com a Administração Pública pelo contratado pode ocasionar a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade do contratado para licitar ou contratar com a Administração Pública ficando o contratado impedido de participar de novas licitações do Poder Público e os contratos em andamento devem ser imediatamente rescindidos.
- b) A mudança de local da prestação do serviço objeto do contrato administrativo pode ocorrer mediante alteração unilateral do contrato, pois a mudança, no caso hipotético, constitui modificação qualitativa.
- c) Mesmo sem previsão no edital e em cláusula contratual, seria possível à empresa contratada exigir o reajuste do valor da sua remuneração, tendo em vista que se trata de instrumento para o reequilíbrio econômico-financeiro que objetiva a recomposição do valor da moeda diante das perdas inflacionárias.
- d) Os contratos administrativos, em regra, somente poderão ser reajustados após 01 (um) ano contado do início da sua vigência.
- e) A alteração unilateral de contrato administrativo pela administração pública poderá ocorrer normalmente, porque é aceita pela doutrina e pela jurisprudência pátria, embora não esteja prevista expressamente na legislação aplicável.

66. Em relação ao Processo Administrativo Disciplinar, responda.

- a) A autoridade administrativa pode aplicar a pena de demissão quando em processo administrativo-disciplinar, é apurada a prática de ato de improbidade por servidor público, tendo em vista a independência das instâncias civil, penal e administrativa.
- b) O prazo prescricional interrompido com a abertura do processo administrativo disciplinar voltará a correr imediatamente após a interrupção.
- c) Havendo absolvição na esfera penal por motivo de ausência de provas, o processo administrativo disciplinar deverá ser julgado improcedente.
- d) Na hipótese em que a autoridade superior verifica pessoalmente o cometimento de infração disciplinar pelo subordinado, poderá aplicar diretamente a penalidade cabível, independentemente de processo administrativo disciplinar.
- e) Não é possível a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima.

67. Em relação à lei de improbidade administrativa (Lei 8.429/92) e à lei anticorrupção (Lei 12.846/2013) assinale a alternativa correta

- a) No que se refere ao acordo de leniência, previsto na Lei Anticorrupção, a sua celebração afasta integralmente a multa que seria aplicável à empresa que celebrou o acordo.
- b) No caso de agentes políticos reeleitos, o termo inicial do prazo prescricional nas ações de improbidade administrativa deve ser contado a partir do término do mandato em que foi praticado o ato.
- c) Na ação de improbidade, a decretação de indisponibilidade de bens não pode recair sobre aqueles adquiridos anteriormente ao suposto ato, além de levar em consideração o valor de possível multa civil como sanção autônoma.

d) Não é possível a decretação da indisponibilidade de bens do promovido em ação civil pública por ato de improbidade administrativa, quando ausente (ou não demonstrada) a prática de atos (ou a sua tentativa) que induzam a conclusão de dilapidação patrimonial de bens do acionado, de modo a dificultar ou impossibilitar o eventual ressarcimento futuro.

e) A medida cautelar, em ação de improbidade administrativa, com a finalidade de decretar a indisponibilidade de bens do réu, pode ser concedida antes da propositura da ação e da oitiva do réu.

68. Sobre a responsabilidade civil do Estado, responda

- a) Segundo o entendimento majoritário do STJ, no caso de ação indenizatória ajuizada contra a fazenda pública em razão da responsabilidade civil do Estado, o prazo prescricional é trienal contido no Código Civil, em detrimento do prazo quinquenal previsto no Decreto 20.910/32.
- b) De acordo com o entendimento majoritário e atual do STJ, a responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas é objetiva, bastando que sejam comprovadas a existência do dano, efetivo ou presumido, e a existência de nexo causal entre conduta e dano.
- c) Conforme entendimento do STF, a responsabilidade civil do Estado por atos de notários e oficiais de registro que, nessa qualidade, causarem danos a terceiros é direta, primária e objetiva.
- d) O Estado necessariamente será responsabilizado em caso de suicídio de pessoa presa, em razão do seu dever de plena vigilância.
- e) O Superior Tribunal de Justiça firmou o posicionamento de que o Estado é parte legítima para figurar no polo passivo de ações indenizatórias e responde de forma solidária, nos casos de acidente de trânsito em face da má conservação das estradas, mesmo existindo autarquia responsável pela preservação das estradas estaduais.

69. Acerca dos bens públicos e da intervenção do Estado da propriedade privada, assinale a alternativa correta

- a) A revelia do expropriado no processo de desapropriação implica a aceitação tácita do preço ofertado pelo Poder Público, haja vista a presunção de veracidade das alegações de fato formuladas pelo autor.
- b) As terras devolutas, são terras privadas, porém inalienáveis, remanescentes no território brasileiro, não afetadas a qualquer uso público.
- c) A propósito do procedimento da desapropriação, o Decreto-lei nº 3.365/1941 estatui que, notificado administrativamente o expropriado, ele terá o prazo de 15 (quinze) dias para aceitar ou rejeitar a oferta de indenização, sendo que o silêncio será considerado aceitação.
- d) A indenização referente à cobertura vegetal, no processo de desapropriação, deve ser calculada juntamente com o valor da terra nua, ainda que não comprovada a exploração dos recursos vegetais de forma lícita e anterior ao processo expropriatório
- e) Os terrenos de marinha e seus acrescidos pertencem à União e consistem nas áreas banhadas pelas águas do mar ou dos rios navegáveis, em sua foz, que se estendem até a distância de 33 metros para a área terrestre, contados da linha do preamar médio de 1831.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

70. Assinale a opção que indica a denominação dada a um atributo do estabelecimento empresarial com direta relação com a organização e administração da empresa, e que muitas vezes assume papel preponderante para o sucesso da empresa, seja pela relação com os clientes, seja pela relação com os fornecedores, e que não pode ser comercializado individualmente.

- a) clientela
- b) aviamento
- c) trespasse
- d) fundo mercantil
- e) ponto empresarial

71. Determinada sociedade empresária realizou, na qualidade de arrendadora, contrato de arrendamento mercantil financeiro com um particular, tendo havido o pagamento de diversas prestações mensais que, além do principal, incluíam também valor adiantado a título de valor residual garantido (VRG). Posteriormente, em razão de inadimplemento do arrendatário, a sociedade ajuizou ação de reintegração de posse do bem objeto do contrato.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com a jurisprudência do STJ.

- a) A cobrança antecipada do valor residual garantido descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil, portanto se trata de compra e venda à prestação, não sendo possível a retomada da posse pela arrendadora.
- b) Caso haja a retomada de posse direta do bem pela arrendadora, o total já pago a título de VRG deverá ser impreterivelmente devolvido, de forma integral, ao arrendatário.
- c) Caso haja a retomada de posse direta do bem pela arrendadora, o total já pago a título de VRG deverá ser parcialmente devolvido, tendo o arrendatário a garantia legal de receber, no mínimo, metade do valor adiantado, devidamente corrigido.
- d) Deferida a reintegração de posse e alienado o bem a terceiro, se a soma da importância antecipada a título de VRG com o valor da venda do bem ultrapassar o total do VRG previsto contratualmente, o arrendatário deverá receber a respectiva diferença, cabendo o desconto de outras despesas que tenham sido pactuadas contratualmente.
- e) Deferida a reintegração de posse e alienado o bem a terceiro, se a soma da importância antecipada a título de VRG com o valor da venda do bem ultrapassar o total do VRG previsto contratualmente, o arrendatário deverá receber a respectiva diferença, sendo vedado o desconto de outras despesas, ainda que tenham sido pactuadas contratualmente.

72. A respeito da suspensão do curso da prescrição e das ações e execuções ajuizadas contra o devedor quando da decretação da falência ou do deferimento do processamento da recuperação de empresas, assinale a opção correta.

- a) Ação de compensação por danos morais movida contra empresa em recuperação judicial deve ser extinta sem resolução de mérito caso o demandante tenha optado por habilitar o seu crédito na ação de recuperação judicial no período de cento e oitenta dias de suspensão previsto na legislação falimentar.
- b) Ação de compensação por danos morais movida contra empresa em recuperação judicial deve permanecer suspensa pelo prazo máximo de cento e vinte dias.
- c) A extrapolação do prazo de cento e oitenta dias consiste em expediente que conduz à prorrogação genérica e indiscriminada do lapso temporal suspensivo para ações de compensação de danos morais.
- d) Ação de compensação por danos morais movida contra empresa em recuperação judicial não deve permanecer suspensa até o trânsito em julgado da decisão final proferida no processo de soerguimento.
- e) Após o deferimento do processamento da recuperação judicial e o transcurso do prazo de cento e oitenta dias de suspensão previsto na legislação falimentar, deve ocorrer a manutenção indiscriminada da suspensão de todas as ações ajuizadas contra a empresa em recuperação, até o trânsito em julgado ou a extinção da ação de recuperação judicial.

73. A administração de empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI) pode ser exercida por

- a) membros da magistratura.
- b) pessoa não titular nomeada no ato constitutivo.
- c) pessoa jurídica.
- d) servidor público federal civil ou militar da ativa.
- e) membro do Ministério Público.

74. A respeito de liquidação societária, é correto afirmar que:

- a) esse ato desconstitui a pessoa jurídica.
- b) o liquidante é proibido de pagar dívidas vincendas.
- c) esse ato obsta a possibilidade de efetuar a transformação.
- d) a sociedade se extingue ao ser averbada a ata da assembleia de liquidação.
- e) o liquidante poderá optar por usar ou não o termo “em liquidação” em atos e documentos da sociedade.

75. Paloma, beneficiária de um cheque não endossado, compareceu em uma instituição financeira e o apresentou para pagamento. A instituição financeira verificou que o emitente do cheque não possuía fundos para arcar com a totalidade do seu valor. A instituição então deseja efetuar o pagamento de forma parcial, devolver o cheque a Maria e exigir que ela dê a quitação parcial.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com a legislação em vigor.

- a) Não poderá haver o pagamento parcial do título, em razão de Paloma não poder dar a quitação integral nem promover a retirada da cártula de circulação.
- b) Paloma poderá recusar o pagamento parcial, já que o Código Civil estipula como regra jurídica a possibilidade de o credor não aceitar o pagamento parcial da obrigação.
- c) Paloma não poderá recusar o pagamento parcial, e, nesse caso, a instituição financeira poderá exigir que o pagamento conste do cheque e que seja dada a respectiva quitação.
- d) Paloma não poderá recusar o pagamento parcial, e, nesse caso, a instituição financeira poderá exigir que o pagamento conste do cheque, não sendo possível a exigência de entrega de quitação.
- e) Paloma poderá recusar o pagamento parcial, e, nesse caso, a instituição financeira deverá certificar na cártula a recusa de recebimento do pagamento parcial por Maria.

DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

76. Considerando os princípios constitucionais do orçamento, aquele que estabelece que a receita não possa ter vinculações que reduzem o grau de liberdade do gestor e que possam engessar o planejamento de médio, curto e longo prazos, e que se aplicam somente às receitas de impostos, denomina-se princípio:

- a) do orçamento bruto.
- b) da não afetação das receitas.
- c) do equilíbrio.
- d) da objetividade.
- e) da exatidão.

77. É exemplo do princípio da universalidade orçamentária o disposto na seguinte alternativa:

- a) a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa
- b) a lei orçamentária compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.
- c) as receitas e despesas constarão da lei orçamentária pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
- d) a discriminação da despesa far-se-á, no mínimo, por elementos.
- e) o montante da despesa autorizada em cada exercício financeiro não poderá ser superior ao total de receitas estimadas para o mesmo período.

78. Consiste na técnica orçamentária utilizada no Brasil, atualmente obrigatória para todas as unidades da federação, que está intimamente ligada ao sistema de planejamento e aos objetivos que o governo pretende alcançar. Trata-se do tipo de orçamento denominado como:

- a) clássico.
- b) programa.
- c) de desempenho.
- d) de finalidade.
- e) participativo.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

79. Assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária podem ser introduzidas por lei ordinária.
- b) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
- c) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- d) É inconstitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal.
- e) As contribuições devidas ao Sebrae, à Apex e à ABDI foram recepcionadas pela EC 33/2001.

80. Julgue os itens a seguir:

- i) A capacidade contributiva absoluta (ou objetiva) determina que, ao criar uma norma tributária, a lei deve levar em consideração circunstâncias que efetivamente denotem a existência de capacidade econômica do contribuinte.
 - ii) A capacidade contributiva relativa (ou subjetiva) diz respeito à medida da tributação. Tem como objetivo estabelecer parâmetros sobre a intensidade do poder de tributar.
 - iii) Os impostos sempre devem ter caráter pessoal, sob pena de ofensa ao princípio da capacidade contributiva.
- a) Todos os itens estão corretos.
 - b) Nenhum dos itens está correto.
 - c) Apenas os itens i e ii estão corretos
 - d) Apenas os itens ii e iii estão corretos.
 - e) Apenas o item iii está correto.

81. Assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) É inconstitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.
- b) É incompatível com a Constituição Federal a norma infraconstitucional que atribui a órgão integrante do Poder Executivo da União a faculdade de alterar as alíquotas do Imposto de Exportação.
- c) A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU prescinde da edição de lei em sentido formal.
- d) Declarada inconstitucional a progressividade de alíquota tributária do IPTU, é indevida a exigência de qualquer valor a título de tributo.
- e) Não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal.

82. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.
- b) Os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, inclusive aqueles em que a empresa não age em regime de monopólio, estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca
- c) Sociedade de economia mista, cuja participação acionária é negociada em Bolsas de Valores, e que está voltada à remuneração do capital de seus controladores ou acionistas, está abrangida pela regra de imunidade tributária prevista no art. 150, VI, 'a', da Constituição.
- d) A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se ao livro eletrônico (e-book), inclusive aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo.

e) Os bens e direitos que integram o patrimônio do fundo vinculado ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR, criado pela Lei 10.188/2001, beneficiam-se da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.

83. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
- b) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, responde pelos tributos devidos até a data do ato, desde que continue a explorar o negócio sob a mesma razão social ou sob a mesma firma ou nome individual.
- c) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.
- d) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
- e) Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

84. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O benefício da denúncia espontânea se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.
- b) É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.
- c) O instituto da denúncia espontânea (art. 138 do CTN) não se aplica nos casos de parcelamento de débito tributário.
- d) A responsabilidade é pessoal ao agente quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;
- e) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, dois são os fundamentos que justificam a existência do instituo da denúncia espontânea: o primeiro é de ordem ética, por valorizar o comportamento de quem espontaneamente regulariza sua situação junto ao fisco; o segundo fundamento é econômico, pela redução dos custos incorridos pela administração tributária na fiscalização das atividades dos contribuintes.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

85. O §3º do artigo 225 da Constituição Federal traz a base para a responsabilização decorrente do dano ambiental, ao prescrever que *“As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”*. Quanto ao tema, assinale alternativa correta.

- a) A pessoa jurídica não poderá ser responsabilizada penalmente por crime ambiental, segundo jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores.
- b) O STJ, mudando seu entendimento, entende que a responsabilidade administrativa ambiental é objetiva, independendo de culpa ou dolo.

- c) Os responsáveis pelo dano ambiental são coobrigados solidários quanto ao ressarcimento pela degradação, formando-se, em regra, um verdadeiro litisconsórcio necessário.
- d) A responsabilidade penal ambiental independe da ocorrência do dano, ao contrário da responsabilidade civil.
- e) A responsabilidade civil ambiental é solidária, objetiva e calcada na teoria da culpabilidade.

86. Segundo o artigo 2º, I, da LC 140/11, licenciamento ambiental é o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) Cabe à União promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de caráter militar, excetuando-se do licenciamento ambiental, nos termos de ato do Poder Executivo, aqueles previstos no preparo e emprego das Forças Armadas.
- b) Compete aos Estados e ao DF promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local.
- c) O decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, implica sua emissão tácita e autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra.
- d) Os Municípios são competente para promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados em terras indígenas, dentro de seus respectivos territórios.
- e) Compete a qualquer órgão ambiental lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada ou autorizada, independente de ter sido o responsável pelo licenciamento ou autorização.

87. Determinada fábrica de beneficiamento de couro despeja rejeitos em um lago natural, ocasionando grave degradação ambiental. O órgão ambiental competente, após aplicar as penalidades cabíveis, determinou que o empreendedor adotasse medidas preventivas para evitar novos danos ambientais. O custo referente a adoção destas medidas deve ser suportado pelo empreendedor, pois a ele cabe a internalização das externalidades negativas ambientais, o que é derivado do princípio:

- a) Da participação social.
- b) Da precaução.
- c) Da cooperação dos povos.
- d) Da ubiquidade.
- e) Do poluidor-pagador.

88. Quanto ao tema “recursos hídricos”, assinale a alternativa correta.

- a) O enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água, visa assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas e aumentar os custos de combate à poluição das águas, mediante ações preventivas permanentes.
- b) A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, em caso de ausência de uso por 5 (cinco) anos consecutivos.
- c) Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, renovável.
- d) Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados exclusivamente na bacia hidrográfica em que foram gerados.
- e) É princípio básico para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos a coordenação descentralizada do sistema.

89. O Município x, através de sua Câmara municipal, legislou sobre meio ambiente. Sobre essa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) O Município não pode legislar sobre meio ambiente, já que a competência legislativa ambiental é concorrente entre União, Estados e DF.

b) Na competência legislativa ambiental a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais, o que não exclui a competência suplementar dos Estados.

c) Na competência legislativa ambiental a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. A superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual, no que lhe for contrário.

d) O Município não pode legislar sobre meio ambiente, já que a competência legislativa ambiental é exclusiva da União.

e) O Município possui ampla liberdade para legislar sobre proteção do meio ambiente.

90. Quanto à legislação florestal, assinale a alternativa correta.

a) O Código Florestal atenderá ao princípio da responsabilidade individualizada da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais.

b) Considera-se Área de Preservação Permanente as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, em zonas urbanas.

c) Não será exigida Área de Preservação Permanente no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.

d) É vedado o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente, mesmo que para obtenção de água ou para realização de atividades de baixo impacto ambiental.

e) É dispensada a autorização do órgão ambiental competente para a execução, em caráter regular, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas.

91. Sobre biossegurança, assinale a alternativa correta.

- a) A Lei nº 11.105/2005 proíbe engenharia genética em célula germinal humana, zigoto humano e embrião humano.
- b) A Lei nº 11.105/2005 permite a utilização, a comercialização, o registro, o patenteamento e o licenciamento de tecnologias genéticas de restrição do uso.
- c) A Lei nº 11.105/2005 permite a clonagem humana, desde que haja parecer favorável do Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS.
- d) É permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro e não utilizados no respectivo procedimento, desde que sejam embriões viáveis ou sejam embriões congelados há 3 (três) anos ou mais, na data da publicação da Lei nº 11.105/2005, ou que, já congelados na data da publicação da referida Lei, depois de completarem 3 (três) anos, contados a partir da data de congelamento.
- e) Considera-se organismo geneticamente modificado - OGM o organismo cujo material genético – ADN/ARN tenha sido modificado em decorrência de uma mutação natural.

92. Sobre o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC, assinale a alternativa correta.

- a) Entende-se por uso indireto aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais.
- b) Entende-se por plano de manejo o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.
- c) O SNUC tem por objetivo, dentre outros, proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito internacional.
- d) Uma das diretrizes seguidas pelo SNUC é assegurar, nos casos possíveis, a sustentabilidade econômica das unidades de conservação.
- e) O Monumento Natural e a Reserva de Fauna pertencem ao grupo de Proteção Integral.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Vanessa Arns

93. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Realizando-se o casamento no exterior, pela autoridade estrangeira, será aplicada a lei do local da celebração com relação aos impedimentos dirimentes e às formalidades.
- b) O casamento de um brasileiro, domiciliado ou não no exterior, celebrado perante a autoridade consular brasileira, submete-se ao direito brasileiro, constituindo-se exceção à regra da "lex loci celebrationis".
- c) Somente se os nubentes forem estrangeiros poderão celebrar o casamento no Brasil perante o cônsul do país de ambos, segundo a lei do Estado da autoridade celebrante, configurando-se exceção à regra da "lex loci celebrationis".
- d) O casamento celebrado no exterior, observadas todas as regras do direito local estrangeiro, será sempre válido no Brasil.
- e) A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

94. Considerando que empresa pública federal brasileira estabeleça contrato internacional com empresa privada sediada na Argentina, assinale a opção correta.

- a) Havendo cláusula expressa de submissão à arbitragem, admite-se que as partes possam escolher, livremente, as regras de direito que serão aplicadas na arbitragem, inclusive aquelas do direito argentino, desde que não haja violação aos bons costumes e à ordem pública.
- b) Se o contrato possuir a cláusula hardship, isso significará que, havendo um elemento da natureza que torne impossível o cumprimento da avença, ocorrerá a extinção do contrato sem indenização por perdas e danos.
- c) Se, do contrato em questão originar-se controvérsia que envolva os Estados-parte (Brasil e Argentina) e se tal controvérsia for submetida ao Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL, eventual laudo arbitral proferido por esse tribunal será de cumprimento facultativo.

d) Na hipótese de dúvida sobre o direito civil aplicável (brasileiro ou argentino), pode estar presente o instituto do reenvio, que ocorre quando o direito internacional privado brasileiro indica o direito argentino como aplicável ao caso, e o direito internacional privado argentino indica, na mesma hipótese, a aplicação de seu próprio direito civil.

e) Na hipótese de haver conflito sobre a interpretação de cláusula contratual, ainda que o juiz conheça o direito argentino, ele não poderá decidir o caso sem a prova da existência e aplicação do direito estrangeiro.

95. Com base na jurisprudência do STJ sobre a homologação de sentenças estrangeiras no Brasil, assinale a opção correta.

a) pendência de julgamento, no Brasil, de apelação contra sentença proferida em ação na qual se discutam alimentos dos filhos dos ex-cônjuges impede a homologação de sentença estrangeira com o mesmo objeto.

b) Ainda quando encaminhada por via diplomática, a sentença estrangeira deve ser autenticada pela autoridade consular brasileira.

c) O ajuizamento de ação de revisão de alimentos no Brasil inviabiliza o processamento do pedido de homologação de sentença estrangeira relativa ao tema.

d) É autorizada a homologação de sentença estrangeira que, ao decretar o divórcio, convalida acordo celebrado pelos excônjuges quanto à partilha de bens situados no Brasil.

e) O inadimplemento de obrigações decorrentes da sentença estrangeira impede sua homologação no Brasil.

96. Os elementos de conexão brasileiros constituem parte da norma do direito internacional privado que determina o ordenamento jurídico a ser aplicado a determinada causa. Assinale a opção correspondente à correta correlação entre fato(s) jurídico(s) e elemento de conexão na Lei de Introdução do Código Civil.

a) situação do regime de bens – nacionalidade dos cônjuges

b) qualificação e regulação das obrigações – domicílio dos contratantes

c) formalidades de celebração e impedimentos do casamento – nacionalidade dos nubentes

d) personalidade e capacidade – domicílio da pessoa

e) penhor – local do bem

97. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa incorreta.

a) Dá-se reenvio de 3º grau no caso de conflito de regras de Direito Internacional que envolva quatro países.

b) Hipótese comum de conflito de regras de Direito Internacional ocorre quanto ao foro competente para os inventários e partilhas de bens situados no Brasil, pertencentes a estrangeiro.

c) São exemplos de regras de conexão ou elementos de conexão a *lex patriæ* (da nacionalidade), a *lex loci actus* (do local da realização do ato jurídico), a *lex voluntatis* (escolhida pelos contratantes), a *lex loci celebrationis* (do local da celebração do matrimônio).

d) Para regular as relações concernentes aos bens, segundo as normas brasileiras de Direito Internacional, aplicar-se-á a lei do país em que estiverem situados.

e) Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.

98. Acerca dos tratados internacionais, assinale a opção correta.

- a) Admite-se que a entrada em vigor de um tratado ocorra a partir do implemento de uma condição, como, por exemplo, o depósito junto ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU).
- b) Na hipótese de um tratado não ter entrado em vigor, um Estado signatário pode praticar atos que acarretem a inviabilidade prática de aplicação do ato internacional.
- c) Admite-se que, por ocasião da aprovação do texto convencional de tratado, o Congresso Nacional do Estado efetue emendas a esse tratado, de modo que a ratificação seja realizada com reservas.
- d) A expedição de decreto presidencial executório de tratado internacional, após sua ratificação, pelo presidente da República, junto ao depositário, é expressamente prevista na Constituição Federal de 1988.
- e) Não se admite que se considere o preâmbulo do tratado para fins de interpretar o contexto desse mesmo tratado.

99. Quanto à internalização de tratados ao ordenamento nacional, assinale a opção correta:

- a) O sistema de recepção de tratados internacionais previsto na Constituição Federal não acolhe o chamado princípio do efeito direto e imediato dos tratados ou convenções internacionais sobre Direitos Humanos.
- b) A extradição solicitada por Estado estrangeiro para Fins de cumprimento de pena somente poderá ser deferida depois de internalizado o tratado de extradição firmado entre o Brasil e o respectivo Estado estrangeiro.
- c) Somente após ser aprovado em duplo turno de votação, nas duas casas do Congresso Nacional, seguido de publicação de Decreto Presidencial, poderá o Tratado Internacional adquirir validade no Direito brasileiro.
- d) Tratado internacional que verse sobre matéria que a Constituição brasileira reserva ao domínio da Lei Complementar poderá ter aplicabilidade interna, bastando que no ato de internalização seja observado o quórum de maioria absoluta previsto no artigo 69 da Constituição.

- e) Tratados que versem sobre concretização de Direitos Humanos no plano interno não podem ser objeto de denúncia pelo Estado Brasileiro, sob pena de violação ao postulado da proibição de retrocesso.

100. A respeito dos tratados internacionais, assinale a opção correta.

- a) Como regra, um Estado não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado, salvo na hipótese de violação manifesta a norma de direito interno de importância fundamental sobre competência para concluir tratados.
- b) A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969, conceitua como tratado o acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido em conformidade com o direito internacional, desde que sua denominação se inicie por um dos seguintes termos: tratado, acordo ou pacto.
- c) A reserva significa uma declaração unilateral feita por um Estado, ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, com o objetivo de excluir ou modificar efeito jurídico de certas disposições de um tratado multilateral ou bilateral.
- d) Para que um tratado internacional entre em vigor é necessário que ele seja registrado na Secretaria das Nações Unidas.
- e) A superveniência de uma norma de *jus cogens* que esteja em conflito com um tratado acarretará a suspensão temporária das disposições ajustadas até que haja modificação do que tiver sido pactuado.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TRF1-24-10-20>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

CONFIRA: [CURSOS PARA O TRF1](#)
